

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.662 - RS (2019/0003228-2)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : BANCO CITIBANK S A  
**ADVOGADOS** : GABRIEL LOPES MOREIRA - RS057313  
FELIPE BRITZ HASSDENTEUFEL E OUTRO(S) -  
RS082912  
**RECORRIDO** : ARLETE BRINCKMANN  
**ADVOGADOS** : AMIEL DIAS DE LUIZ - RS078403  
MAIQUE BARBOSA DE SOUZA - RS078171

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. CPC/15. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EFETIVAMENTE CONTRATADA. ADOÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO NAS OPERAÇÕES DA MESMA ESPÉCIE NO PERÍODO ANTERIOR A MARÇO DE 2011. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO CITIBANK S A em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO.*

*Interesse Recursal.*

*O interesse recursal está diretamente ligado à sucumbência material. Recurso não conhecido no tocante aos pedidos alusivos ao afastamento das taxas de abertura de crédito, de emissão de carnê e de retorno, porquanto flagrantes inovações recursais, na medida em que não compuseram o pleito inicial da autora.*

*Dialeticidade Recursal.*

*O ônus da impugnação especificada decorre do princípio da dialeticidade. A articulação recursal que refuta os fundamentos da decisão atacada e pede de modo inequívoco a reforma desta, preenche o requisito em comento.*

*Código de Defesa do Consumidor.*

*Consolidada a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a possibilidade de revisão judicial dos contratos quando existente desequilíbrio ou abusividade. Precedentes e Súmula 297 STJ.*

*Juros Remuneratórios.*

*Os juros remuneratórios, em regra, não estão limitados a 12% ao ano, nos termos da Súmula n. 596/STF. Às Instituições Financeiras não é aplicável a Lei de Usura. Possível a revisão contratual na hipótese de os juros remuneratórios exorbitarem a taxa média de mercado. Vedada a utilização da taxa de juros do cheque especial como critério comparativo à aferição da média de mercado para operações rotativas do cartão de crédito no período anterior a março de 2011, deve o juiz, de acordo com seu livre convencimento racional, indicar outro patamar mais adequado para os juros, segundo as circunstâncias particulares de risco envolvidas no empréstimo, conforme decisão proferida no Recurso Especial nº 1.061.530 - RS.*

*Encargos de Inadimplência.*

*Ausente prova da contratação da comissão de permanência, deve ser afastada sua cobrança. Nessa hipótese, fica permitida unicamente a cobrança dos juros remuneratórios, limitados à taxa da normalidade contratual, juros moratórios de até 12% ao ano e multa de 2% sobre o devido. Súmulas n. 30, 294, 296 e 472. Precedentes.*

*Afastamento da Mora e Inscrição nos Cadastro de Devedores.*

*Afastada a mora contratual não cabe a inscrição em cadastro de inadimplentes, ou outros atos tendentes à cobrança do débito.*

*Honorários Sucumbenciais.*

*Redimensionados.*

**RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA  
EXTENSÃO, PROVIDO.**

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 5º da MP 2.170/01, 1º ao 5º do Decreto 22.626/33, 1º e 4º, IX, da Lei 4.595/64, 39, 51 e 52, II, do CDC, alegando que (a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei da Usura, razão pela qual o Tribunal de origem não poderia limitá-los a 12% ao ano e (b) diante da ausência de

pactuação da taxa de juros, deve ser aplicada a taxa média apurada pelo BACEN em todo o período.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece parcial provimento.

A 2ª Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.061.530/RS (Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 10/3/2009), sob o rito do art. 543-C do CPC/73, firmou as seguintes balizas sobre os juros remuneratórios em contratos bancários:

*(...) ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS*

*a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;*

*b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;*

*c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;*

*d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. (...)*

À luz dessa orientação, bem como dos precedentes adiante indicados merece alguns reparos o acórdão recorrido.

Em síntese, o Tribunal de origem decidiu que "*à míngua de elementos concretos para avaliar a existência de abusividade, e ainda em se considerando a redistribuição da carga probatória, é de se presumir o abuso alegado pela apelante na peça de ingresso e **determinar a aplicação de juros***

*em patamar de 12% ao ano até o momento em que a taxa média do cartão de crédito passou a ser divulgada pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que esse índice deverá ser considerado, caso o praticado pelo apelado não seja mais benéfico ao consumidor.*

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na falta do contrato ou da pactuação do percentual de juros remuneratórios, a fixação dos percentual não fica adstrita ao limite de 12% ao ano - como decidido pelo acórdão recorrido -, mas deve ser feita segundo à taxa média de mercado dessa operação financeira, cujo montante deve ser apurado em liquidação de sentença.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EFETIVAMENTE CONTRATADA. ADOÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO NAS OPERAÇÕES DA MESMA ESPÉCIE NO PERÍODO AJUSTADO. ENTENDIMENTO SUFRAGADO POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA, SOB O RITO DO ART. 543-C, DO CPC. APLICAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE JUROS DIVULGADA PELO BANCO CENTRAL PARA OPERAÇÕES DE CHEQUE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. DIVERSIDADE DA NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS. PRECEDENTE ESPECÍFICO DESTA TURMA. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.*

*1. De acordo com o entendimento sufragado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, firmado sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), no contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, limitam-se os juros remuneratórios à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada fo mais vantajosa para o cliente, nas hipóteses em que: i) reconhecida a abusividade da taxa contratada; e ii) ausente a fixação da taxa de juros remuneratórios no contrato - ou não acostado aos autos o correlato contrato.*

*2. A discussão travada no presente recurso refere-se ao fato de que, na hipótese de contrato de cartão de crédito, o Banco Central não divulga, como em outras espécies contratuais, a correspondente taxa média de mercado. Dessa circunstância,*

sobressai a controvérsia se seria possível ou não adotar a taxa média de mercado do "cheque especial", divulgado pelo Banco Central. E, sobre esta específica discussão, esta Terceira Turma, por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.256.397/RS, em que se propiciou sustentação oral às partes, com ampla discussão entre os então julgadores, decidiu-se pela impossibilidade de se adotar a taxa média apurada para as operações de "cheque especial" pelo Banco Central às operações de cartão de crédito, em virtude da manifesta diversidade de natureza jurídica das operações.

3. Na espécie, inexistindo estipulação da taxa média de mercado pelo Banco Central especificamente em relação às operações de cartão de crédito, há que se perscrutar, por meio de outros meios, em liquidação, se for o caso, qual a taxa média de mercado para as operações de cartão de crédito (na esteira da tese firmada nos recursos especiais representativos da controvérsia ns. 1.112.879/PR e 1.112.880/PR), sendo inviável a aplicação de outra taxa média divulgada pelo Bacen relativa à operação que refuja da natureza do ajuste sob exame, como é o caso do cheque especial, conforme decidiu esta Terceira Turma por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.256.397/RS.

4. Provimento ao agravo regimental, bem como ao recurso especial a ele subjacente, para afastar a limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado das operações de 'cheque especial' divulgada pelo Banco Central do Brasil e determinar a apuração, em liquidação, da taxa média aplicável à mesma operação (do cartão de crédito, ressalta-se), no período contratado, aplicando-a, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente.

**(AgRg no REsp 1.471.931/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 09/04/2015)**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PROVA DOS JUROS CONTRATADOS. TAXA MÉDIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. Consoante a jurisprudência desta Corte, ausente no contrato a pactuação dos juros remuneratórios, deverá prevalecer a taxa média de mercado.

2. *O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula 7 do STJ).*

3. *Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento*

**(EDcl no AREsp 293.937/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe, 6.12.2013).**

**RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA NÃO INFORMADA. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DESTA CORTE. RECURSO IMPROVIDO.**

1. *É assente o entendimento segundo o qual os juros remuneratórios devem ser fixados na taxa média do mercado para operações da espécie, quando não for possível aferir a taxa de juros acordada, pela falta de pactuação expressa ou pela não juntada do contrato aos autos, inclusive em se tratando de contratos de cartão de crédito. [...]*

4. *Agravo Regimental improvido"*

**(AgRg no REsp 1.376.256/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe, 11.9.2013).**

**DIREITO BANCÁRIO E COMERCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ADMINISTRADORA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADA. ABUSIVIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO PARA OPERAÇÕES DA ESPÉCIE.**

1. *Recurso especial, concluso ao Gabinete em 09/06/2011, no qual se discute a utilização da taxa média de mercado do 'cheque especial' divulgada pelo Banco Central do Brasil para limitação da taxa de juros remuneratórios contratada em operação de cartão de crédito. Ação de cobrança ajuizada em 2008.*

2. *Reconhecida a abusividade da cláusula contratual de taxa de juros remuneratórios, limitam-se os juros praticados à taxa média do mercado em operações da espécie.*

3. *A ausência de divulgação pelo Banco Central do Brasil de taxas médias para a operação de cartão de crédito não é suficiente para fundamentar a transposição das taxas médias apuradas para as operação de 'cheque especial', ante a*

*manifesta diversidade de natureza jurídica das operações.*

*4. Recurso especial provido.*

**(REsp 1.256.397/RS, Rel. MINISTRA NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe, 27.9.2013).**

Por estar em desacordo com esse entendimento, merece reparos o acórdão recorrido no ponto.

**Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar que os juros remuneratórios sejam limitados, até o período anterior a março de 2011, à taxa média de mercado para as operações da mesma espécie, devendo, se for o caso, ser apurado em liquidação, salvo se a praticada pelo recorrente não seja mais benéfica ao consumidor.**

Mantidos os ônus sucumbenciais fixados no acórdão.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator